

O Brasil é muito mais barato, diz Franco

O presidente do BC coteja o valor dos ativos, para atrair os ingleses

Luiz Eduardo Leal
de Londres

O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, procurou vender uma imagem atraente do Brasil nos encontros que manteve com empresários e jornalistas britânicos em sua rápida passagem por Londres. Franco e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Carlos Mendonça de Barros, foram convidados a integrar a comitiva brasileira para reafirmar a disposição do governo de manter os rumos da política econômica, a despeito da instabilidade financeira mundial suscitada pela crise na Ásia. Os dois - mais detalhadamente Mendonça de Barros - também discorreram sobre oportunidades de negócios criadas pelas privatizações.

Tanto Gustavo Franco como Mendonça de Barros desempenharam com afinco a missão de relações públicas, no momento em que os investidores estrangeiros ainda tentam assimilar o sentido das mudanças no pacote fiscal. O presidente do Banco Central as justificou para os jornalistas britânicos como "resultado do diálogo com o Congresso", essencial para a aprovação das medidas. "Essas modificações não vão afetar o montante total de economia pretendida", disse Franco aos ingleses, referindo-se aos R\$ 20 bilhões do ajuste fiscal buscado pelo governo. "Trocamos a eliminação do

aumento da alíquota mais baixa do imposto de renda por uma taxa maior da renda fixa", resumiu para os jornalistas estrangeiros.

Durante o encontro com 250 empresários ligados aos setores financeiro, industrial e de serviços, Franco comparou favoravelmente os preços dos ativos brasileiros aos dos asiáticos, mesmo após a acentuada desvalorização das bolsas na região. "O Brasil é muito mais barato", acenou o presidente do BC, após citar uma comparação entre o preço estimado para uma empresa do setor elétrico em Hong Cong e similares das mesmas dimensões

no Brasil - a empresa chinesa responderia a seis elétricas semelhantes no Brasil. Recorreu também a uma comparação "mais antiga", de que o terreno onde está construído o Palácio Imperial japonês seria suficiente para comprar o estado da Califórnia, fazendo menção à sobrevalorização dos ativos imobiliários na Ásia.

Mendonça de Barros fez uma ampla explanação, ancorada em diapositivos produzidos pelo BNDES, das perspectivas econômicas e do programa de privatiza-

ções para 1998. O dado mais interessante é o de que o banco estaria trabalhando com três cenários de crescimento econômico para o ano que vem, o mais factível deles, segundo Barros, indicando expansão de 1,5% - a projeção

mais pessimista fecha em 0,5% e a mais otimista, em 2%. As projeções de Barros despertaram o interesse dos jornalistas britânicos, que tentaram extrair de Gustavo Franco algum indício de como o governo pretende se comportar no que concerne ao ritmo de redução das taxas de juros.

Franco foi evasivo como costuma ser em palpites relacionados à evolução dos juros.

Explicou aos britânicos que mensalmente o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) promove uma reunião em que se avalliam dados internos e externos. "Estamos olhando para a situação na Ásia e, internamente, para a reação no plano doméstico", disse, antes de admitir esperar uma "desaceleração" do ritmo de crescimento no primeiro semestre do ano que vem, seguida de retomada a partir do segundo semestre. "Mas isso dependerá de fatores difíceis de prever agora", encerrou.



Gustavo Franco

O presidente do Banco Central também admitiu a possibilidade de haver uma ligeira deterioração nas contas externas até o fim do ano, motivada pelos fundos estrangeiros que se desfazem de suas posições e realizam lucros, na avaliação de Franco, para melhorar os balanços. Ele acredita, contudo, que as reservas poderão fechar estáveis em R\$ 53 bilhões em 1997, com retomada gradual das perdas ocasionadas pelos ataques ao Real a partir do primeiro trimestre do ano que vem, quando, sazonalmente, as exportações avançam e as importações recuam. Gustavo Franco também teve de detalhar as críticas à atuação dos fundos offshore que, ao operarem muito avançados, beneficiados pelas facilidades dos paraísos fiscais, trazem instabilidade ao sistema financeiro.